



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS**  
**URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba**

Parecer Técnico IEF/NAR ITUIUTABA nº. 13/2024

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2024.

| <b>PARECER ÚNICO</b>   |                                  |   |                                |   |                |
|--|----------------------------------|---|--------------------------------|---|----------------|
| <b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>  |                                  |   |                                |   |                |
| Nome: SANTA VITÓRIA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA   |                                  |   | CPF/CNPJ: 51.957.549/0001-00   |   |                |
| Endereço: FAZENDA CRYSTAL; S/N; KM 11,8; ESTRADA PERDILÂNDIA - SANTA VITÓRIA   |                                  |   | Bairro: ZONA RURAL             |   |                |
| Município: SANTA VITÓRIA   | UF: MG                           |   | CEP: 38.320-000                |   |                |
| Telefone: (34) 3269-1340   | E-mail: ambientalsa@yahoo.com.br |   |                                |   |                |
| O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?<br><input type="checkbox"/> Sim, ir para o item 3 <input checked="" type="checkbox"/> Não, ir para o item 2 |                                  |   |                                |   |                |
| <b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>  |                                  |   |                                |   |                |
| Nome: ADJALBAS GUEDES GUIMARÃES  |                                  |   | CPF/CNPJ: 287.457.956-49       |   |                |
| Endereço: RUA PARANAÍBA, Nº 369  |                                  |   | Bairro: CENTRO                 |   |                |
| Município: SANTA VITÓRIA   | UF: MG                           |   | CEP: 38.320-000                |   |                |
| Telefone: (34) 3269-1340   | E-mail: ambientalsa@yahoo.com.br |   |                                |   |                |
| <b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>  |                                  |   |                                |   |                |
| Denominação: FAZENDA BOA SORTE   |                                  |   | Área Total (ha): 86,1052       |   |                |
| Registro nº: 23.343  |                                  |   | Município/UF: SANTA VITÓRIA/MG |   |                |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):<br>MG-3159803-2854.E6B9.EF01.4DE9.A214.7D1E.118A.BA1A   |                                  |   |                                |   |                |
| <b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>  |                                  |   |                                |   |                |
| Tipo de Intervenção  |                                  | Quantidade  |                                | Unidade   |                |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas  |                                  | 87  |                                | Unidades  |                |
| <b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>  |                                  |   |                                |   |                |
| Tipo de Intervenção  | Quantidade                       | Unidade   | Fuso                           | Coordenadas planas<br>(usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) |                |
|  |                                  |   |                                | X   | Y              |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas  | 87                               | Unidades  | 22K                            | 572764  | 7926130        |
| <b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>   |                                  |   |                                |   |                |
| Uso a ser dado a área  |                                  | Especificação   |                                | Área (ha)   |                |
| Agricultura  |                                  | Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura |                                | 49,12   |                |
| <b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>   |                                  |   |                                |   |                |
| Bioma/Transição entre Biomas   |                                  | Fisionomia/Transição  |                                | Estágio Sucessional (quando couber)                         |                |
| Mata Atlântica   |                                  | Outros - corte de árvores isoladas  |                                | 49,12   |                |
| <b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>  |                                  |   |                                |   |                |
| Produto/Subproduto   |                                  | Especificação   |                                | Quantidade  | Unidade        |
| Lenha de floresta nativa   |                                  |   |                                | 37,36   | m <sup>3</sup> |
|  |                                  |   |                                |   |                |

**1. HISTÓRICO**

Data de formalização/aceite do processo: 04/01/2024

Data da vistoria (remota): 31/01/2024

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 31/01/2024

Análise das informações prestadas pelo empreendedor através do uso das ferramentas remotas disponíveis (Google Earth e Sicar).

**2. OBJETIVO**

O empreendedor requer o corte de 87 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 49,12 ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar

**3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

A Fazenda Boa Sorte, localiza-se na zona rural do município de Santa Vitória, sendo composta pela matrícula 23.343, conforme registro no Cartório do Registro de Imóveis da comarca de Santa Vitória, com área total de 86,1052ha, que corresponde a 2,87 módulos fiscais. O imóvel possui reserva legal averbada em cartório e a propriedade está localizada Bioma Mata Atlântica.

**3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3159803-2854.E6B9.EF01.4DE9.A214.7D1E.118A.BA1A

- Área total: 86,0362 ha

- Área de reserva legal: ha

- Área de preservação permanente: 12,5895ha

- Área de uso antrópico consolidado: 85,7286ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( x ) A área está preservada: 15,98ha (fora da propriedade)

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR ( x ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

AV-01 - 23.343 - RESERVA FLORESTAL DATADA DE 28/12/2022

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( ) Dentro do próprio imóvel

(X) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: (1GLEBA FORA DA PROPRIEDADE)

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria in loco. A propriedade possui RL averbada em cartório.

Em que pese essa divergência de informações e característica da área, por se tratar de processo de corte de árvores isoladas em área comum, portanto sem conversão do uso solo, e por não solicitar corte dentro da área de reserva, o processo em tela pode ter continuidade.

**4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

Conforme requerimento apresentado, o empreendedor solicita a autorização para o corte de 87 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 49,12 ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. As árvores estão localizadas em área comum já antropizada. A área de intervenção ambiental está inserida no bioma Mata Atlântica. O

material lenhoso estimado é de 37,36 m<sup>3</sup> de lenha que terão como finalidade comercialização *in natura* e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*. Dentre as 87 árvores identificadas, existem 07 ipês amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988. O qual deverão ser compensadas com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo.

Taxa de Expediente: R\$ 876,42 - DAE 1401300494671- Pago em 01/12/2023

Taxa florestal: LENHA R\$ 1.759,47 - DAE 2901300495284 - Pago em 01/12/2023

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não se aplica

- Unidade de conservação: Não se aplica

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não se aplica

- Outras restrições: Não se aplica

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Agricultura

- Atividades licenciadas: G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento: 3

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Não passível

- Número do documento:

#### 4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada remotamente no dia 31/01/2024. Foi observado que a área da intervenção ambiental (corte de árvores isoladas) é uma área antropizada (pastagem).

A propriedade possui Reserva Legal averbada em cartório.

A área de preservação permanente nesta propriedade é formada pelo córrego da Abelha.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Plano a levemente ondulado

- Solo: Latossolo vermelho distrófico (areno-argiloso)

- Hidrografia: A área de preservação permanente nesta propriedade é formada pelo córrego da Abelha. A APP desta propriedade perfaz um total de: 11,69ha, sendo: APP nativa - 0,52ha, APP a reflorestar 5,05ha e Áreas úmidas - 6,12ha, pertence a bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba que pertence a bacia federal do Rio Paraná.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Imóvel localizado dentro do bioma Mata Atlântica. A área de intervenção ambiental será utilizada com plantio de cana de açúcar. Não haverá conversão do uso do solo. De acordo com as informações apresentadas no processo, foram encontradas 87 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 49,12ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento e cultivo da cultura de cana-de-açúcar. Dentre as 87 árvores identificadas, existem 07 ipês amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988.

- Fauna: de acordo com as informações apresentadas no processo, as espécies de animais de ocorrência comum na região são: Tatu (*Tolypentis tricinctus*), Tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*), Quati (*Nasua nasua*), Seriema (*Cariama cristata*), Codornas (*Alectoris chucker*), Tucano (*Ramphastidae*), Teiú (*Tupinambis teguixim*), além de outras espécies de mamíferos, répteis e anfíbios.

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se aplica

## 5. ANÁLISE TÉCNICA

O empreendedor solicita a autorização para o corte de 87 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 49,12 ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. As árvores estão localizadas em áreas comuns. A área de intervenção ambiental está inserida no Bioma Mata Atlântica. O material lenhoso estimado é de 37,36 m<sup>3</sup> de lenha que terão como finalidade comercialização *in natura* e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*. Dentre as 87 árvores identificadas, existem 07 ipês amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988.

A Lei 9.743 de 1988 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do ipê amarelo só será admitida nos seguintes casos:

1. quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;
2. em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;
3. em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão dos ipês amarelo exige a compensação entre 1 e 5 mudas para cada indivíduo suprimido conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 9.743 de 1988. Sendo assim, o PTRF propõe o plantio de 35 mudas, parâmetro máximo possível.

Sobre a área de intervenção, as árvores que serão suprimidas estão distribuídas em área agricultável onde encontra-se com pastagem e plantio de cana de açúcar, sem formar corredores ecológicos, ou seja, não possuíam papel de conexão entre fragmentos de vegetação nativa. Além disso, não foi identificado espécies protegidas.

As medidas compensatórias do processo serão aplicadas em áreas de preservação permanente degradadas na modalidade de plantio ou condução da regeneração natural, desde que comprovadamente efetiva.

Pelos motivos elencados acima, sou favorável ao requerimento da parte interessada.

### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos:

1. Diminuição da biodiversidade da flora;
2. Diminuição da presença da avifauna por ausência de abrigo e alimento;
3. Perda de solo por processo erosivo.

Medidas mitigadoras:

1. Fazer os trabalhos de conservação de solo
2. Evitar o uso de fogo na propriedade

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opino pelo DEFERIMENTO INTEGRAL do requerimento do corte de 87 indivíduos arbóreos isolados vivos em uma área de 49,12 ha, localizada na propriedade Fazenda Boa Sorte, matrícula 23.343, sendo o material lenhoso estimado em 37,36 m<sup>3</sup> de lenha que terão como finalidade comercialização *in natura* e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

1. Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 35 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. PTRF será executado na Fazenda Córrego do Boi, em uma área de 0,6075ha, nas coordenadas UTM de referência 588558 , 7.912.899; 588512, 7912920 (22K, Sirgas 2000). Essa área de plantio contempla o plantio compensatório de outras matrículas.
2. Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF e replantios que forem necessários pelo período de 5 anos nos termos da Lei 10.883/1992, artigo 2º, § 4º e Lei 9.743 de 1988, artigo 2º, § 3º.

**8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:**

Não se aplica, pois não foram encontrados processos de intervenção autorizados no imóvel carentes de prestação de contas.

**9. REPOSIÇÃO FLORESTAL**

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal - R\$ 1.183,50 - DAE 1500555257558

Formação de florestas, próprias ou fomentadas

Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

**10. CONDICIONANTES****Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

| Item | Descrição da Condicionante  | Prazo*  |
|------|---|---|
| 1    | Executar o PTRF anexo ao processo com plantio de 35 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. PTRF será executado na Fazenda Córrego do Boi, em uma área de 0,6075ha, nas coordenadas UTM de referência 588558 , 7.912.899; 588512, 7912920 (22K, Sirgas 2000). Essa área de plantio contempla o plantio compensatório de outras matrículas. | Plantio deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo |
| 2    | Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF e replantios que forem necessários pelo período de 5 anos nos termos da Lei 10.883/1992, artigo 2º, § 4º e Lei 9.743 de 1988, artigo 2º, § 3º.  | Anualmente por 5 anos.  |
| 3    |   |   |
| 4    |   |   |
| ...  |   |   |

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

**INSTÂNCIA DECISÓRIA**

COPAM / URC  SUPERVISÃO REGIONAL

**RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO**

Nome: Mauro Moreira de Queiroz

CPF: 044.984.666-08

**RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO**

Nome:

MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Moreira de Queiroz, Gerente**, em 15/02/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **81295175** e o código CRC **8DFBAE32**.